



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568048 - AC (2020/0072849-2)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : PAULO HENRIQUE MAZZALI  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE MAZZALI - AC003895  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : M M R L U  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de M M R L U, contra acórdão proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no julgamento do HC n. 1000135-93.2020.8.01.0000.

O paciente foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 217-A do Código Penal. De acordo com os autos, no dia 21 de dezembro de 2016 ele teria praticado conjunção carnal com uma adolescente menor de quatorze anos.

A denúncia foi recebida e, em seguida, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte *a quo*, alegando diversas nulidades, aptas a autorizar o encerramento precoce da ação penal.

A ordem, contudo, foi denegada, por meio de acórdão assim ementado (e-STJ, fl 245):

*Habeas Corpus. Estupro de vulnerável. Ação Penal. Falta de justa causa. Trancamento. Impossibilidade.- A conduta descrita na Denúncia e atribuída ao paciente configura, em tese, o tipo penal a ele imputado, devendo ser afastado o argumento de constrangimento ilegal à ausência de prova por ele requerida e com fundamento no qual ele pretende o trancamento da Ação Penal.- O trancamento de Ação Penal por meio de Habeas Corpus é medida excepcional, somente admitido quando a falta de justa causa para a instauração daquela é evidente, com dispensa de qualquer exame do conjunto fático ou probatório.- Habeas Corpus denegado.*

Nesta impetração, a defesa insiste na presença de vícios capazes de ensejar a nulidade e o trancamento do processo criminal, razão pela qual postula, liminarmente, a suspensão do processo e, no mérito, seu trancamento.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade

jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão Colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo deste recurso ordinário em habeas corpus.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator